

Ex.mo Senhor Presidente da
Câmara Municipal de Arcos de Valdevez

Registo de Entrada:

Pedido de Licenciamento de Operação Urbanística

(Nº 2 do artigo 4º do D.L. 555/99, de 16 de Dezembro, com as sucessivas alterações)

A. Identificação do Requerente

Nome:

Com morada/sede¹ em

Freguesia de Concelho de

Código Postal - Telefone: , E-mail:

Contribuinte nº Tipo² , na qualidade de³

B. Pretensão

Pretendendo realizar no prédio sito em , freguesia de
 , descrito na conservatória do registo predial sob o nº(s)
 , a(s) operação(ões) urbanística(s) abaixo indicada(s), vem requerer a V. Ex.^a o
respetivo licenciamento⁴:

Obras de Edificação em área não abrangida por operação de loteamento:

- ☐ Construção ☐ Reconstrução sem demolição ☐ Ampliação sem demolição ☐ Alteração sem demolição
☐ Reconstrução com demolição ☐ Ampliação com demolição ☐ Alteração com demolição

Obras de Edificação em imóveis classificados ou em vias de classificação, ou integrados em conjuntos ou sítios classificados, ou em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública:

- ☐ Reconstrução sem demolição ☐ Ampliação sem demolição ☐ Alteração sem demolição ☐ Conservação
☐ Reconstrução com demolição ☐ Ampliação com demolição ☐ Alteração com demolição

☐ Obras de reconstrução sem preservação de fachadas ☐ Obras de demolição das edificações

☐ Obras de Urbanização em área não abrangida por operação de loteamento ☐ Operação de Loteamento

☐ Trabalhos de Remodelação de Terrenos em área não abrangida por operação de loteamento

☐ Outra Operação Urbanística

☐ Esta operação urbanística estava sujeita a Comunicação Prévia, mas de acordo com o nº 6 do art.º 4º do DL nº 555/99 opto pelo regime de licenciamento.

Uso a que se destina a edificação:

- ☐ Habitação e anexos complementares ☐ Comércio ☐ Serviços ☐ Indústria ☐ Apoio Social
☐ Atividade Pecuária ☐ Atividade Agrícola ☐ Atividade Florestal

C. Data e Assinatura

Pede deferimento, O Requerente,
Aos / / Assinatura

¹ Riscar o não aplicável

² Tipo de Contribuinte: S – Singular; C – Pessoa Coletiva; I – Isento; P – Público; A – Associação/Instituição

³ Requerente ou mandatário

⁴ Assinalar a(s) operação(ões) urbanística(s) descriminando nas obras de edificação o tipo de obra

E. Documentos Instrutórios (licenciamento de obras de edificação)

O seu pedido deve ser instruído com os elementos abaixo indicados. **Assinale com uma cruz (X) os documentos que junta ao seu processo.**

- ☐ 1. **Documentos comprovativos da qualidade de titular** de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente do n.º 3.
- ☐ 2. **Exibição do bilhete de identidade ou cartão de cidadão do requerente.**
- ☐ 3. **Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial** referente ao prédio ou prédios abrangidos, **ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial**; quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem os correspondentes artigos matriciais.
- ☐ 4. **Delimitação da área objeto da operação e sua área de enquadramento em planta de localização fornecida pela câmara municipal** ou planta de localização à escala 1:1.000, com indicação das coordenadas geográficas dos limites da área da operação urbanística, no sistema de coordenadas geográficas utilizado pelo município.
- ☐ 5. **Levantamento topográfico** assinado por técnico habilitado, sempre que haja alteração da topografia ou da implantação das construções, à escala de 1:200, ou de 1:500 no caso de loteamentos, devidamente cotado, que identifique o prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente (vias, passeios, estacionamento, árvores e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas, sinalização e mobiliário urbano).
- ☐ 6. **Planta de implantação**, desenhada sobre o levantamento topográfico, quando este for exigível, indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais e, quando houver alterações na via pública, planta dessas alterações.
- ☐ 7. **Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia**, caso exista e esteja em vigor, ou indicação do respetivo procedimento administrativo, acompanhada de declaração dos autores e coordenador dos projetos de que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do RJUE, se o requerente estiver a exercer a faculdade prevista no n.º 6 do artigo 4.º do RJUE.
- ☐ 8. Caso a operação seja abrangida por operação de loteamento e o procedimento adotado for o do licenciamento nos termos do n.º 6 do artigo 4.º do RJUE, indicação do respetivo procedimento administrativo.
- ☐ 9. **Termo de responsabilidade subscrito pelo autor de projeto**
Quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do disposto da Portaria nº 113/2015, de 22 de abril.
- ☐ 10. **Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador do projeto**
Quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do disposto da Portaria nº 113/2015, de 22 de abril.
- ☐ 11. **Declaração da Associação ou Ordem válida** dos técnicos dos projetos (com indicação da competência para elaborar os projetos apresentados).
- ☐ 12. **Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos**, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei nº 40/2015, de 1 de junho.
- ☐ 13. **Termo de responsabilidade subscrito pelo técnico responsável pela direção de fiscalização da obra**, nos termos do disposto na Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de Março e do nº 3 do artigo 22º da Lei nº 31/2009 de 3 de julho, alterada pela Lei nº 40/2015, de 1 de junho.
- ☐ 14. **Declaração da Associação ou Ordem válida do diretor de fiscalização da obra**, nos termos do nº 3 do artigo 22º da Lei nº 31/2009 de 3 de julho, alterada pela Lei nº 40/2015, de 1 de junho.
- ☐ 15. **Projeto de arquitetura:**
 - ☐ 15.1 Plantas à escala de 1:50 ou de 1:100 contendo as dimensões e áreas e utilizações de todos os compartimentos, bem como a representação do mobiliário fixo e equipamento sanitário.
 - ☐ 15.2 Alçados à escala de 1:50 ou de 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, bem como as construções adjacentes, quando existam.
 - ☐ 15.3 Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:50 ou de 1:100 abrangendo o terreno, com indicação do perfil existente e o proposto, bem como das cotas dos diversos pisos, da cota de soleira e dos acessos ao estacionamento.

- ☐ **15.4** Pormenores de construção, à escala adequada, esclarecendo a solução construtiva adotada para as paredes exteriores do edifício e sua articulação com a cobertura, vãos de iluminação/ventilação e de acesso, bem como com o pavimento exterior envolvente.
- ☐ **15.5** Discriminação das partes do edifício correspondentes às várias frações e partes comuns, valor relativo de cada fração, expressa em percentagem ou permilagem, do valor total do prédio, caso se pretenda que o edifício fique sujeito ao regime da propriedade horizontal.
- ☐ **16. Memória descritiva contendo:**
- ☐ **16.1** Área objeto do pedido.
- ☐ **16.2** Caracterização da operação urbanística.
- ☐ **16.3** Enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis.
- ☐ **16.4** Justificação das opções técnicas e da integração urbana e paisagística da operação.
- ☐ **16.5** Indicação das condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente, incluindo com a via pública e as infraestruturas ou equipamentos aí existentes.
- ☐ **16.6** Programa de utilização das edificações, quando for o caso, incluindo a área a afetar aos diversos usos.
- ☐ **16.7** Áreas destinadas a infraestruturas, equipamentos, espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva e respetivos arranjos, quando estejam previstas.
- ☐ **16.8** Quadro sinóptico identificando a superfície total do terreno objeto da operação e, em função da operação urbanística em causa, a área total de implantação, a área de implantação do edifício, a área total de construção, a área de construção do edifício, o número de pisos, a altura da fachada, as áreas a afetar aos usos pretendidos e as áreas de cedência, assim como a demonstração do cumprimento de outros parâmetros constantes de normas legais e regulamentares aplicáveis.
- ☐ **17.** Extratos das cartas da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional com a delimitação da área objeto da pretensão, quando se trate de operações não abrangidas por plano municipal ou intermunicipal de ordenamento do território e as operações não tenham sido precedidas por operação de loteamento, nem exista pedido de informação prévia em vigor.
- 18. Extratos das plantas do Plano Municipal de Ordenamento do Território aplicável:**
- Plano Diretor Municipal (PDM): ☐ Planta de ordenamento ☐ Planta de condicionantes
- Plano de Urbanização (PU): ☐ Planta de zonamento ☐ Planta de condicionantes
- Plano Pormenor (PP): ☐ Planta de implantação ☐ Planta de condicionantes
- ☐ **19. Carta de áreas aridas** (quando aplicável).
- 20. Extratos das plantas dos Planos Especiais de Ordenamento do Território vigente:**
- POTAL ☐ Planta de ordenamento ☐ Planta de condicionantes
- POPNG ☐ Planta de ordenamento ☐ Planta de condicionantes
- ☐ **21. Calendarização da execução da obra**, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos.
- ☐ **22. Estimativa do custo total da obra.**
- Tendo em conta os valores da deliberação camarária de 09/03/1998: Habitação – 300 €/m², Garagens, arrumos e similares – 150 €/m², construção industrial – 100 €/m²
- ☐ **23. Plano de acessibilidades** (plantas, memória descritiva e termo de responsabilidade)
- Que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, acompanhado do termo de responsabilidade do seu autor que ateste que a execução da operação se conforma com o Decreto -Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º.
- ☐ **24. Termo de responsabilidade do técnico autor do projeto de condicionamento acústico** que ateste da conformidade da operação com o Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro.
- ☐ **25. Ficha ou projeto de segurança contra incêndios e termo de responsabilidade.**
- ☐ **26. Caderneta da matriz predial das preexistências** para as operações urbanísticas de reconstrução, alteração ou ampliação, de edificações construídas antes da entrada em vigor do REGEU.

- ☐ 27. **Fotografias do imóvel**, quando se trate de obras de reconstrução e/ou ampliação.
- ☐ 28. Quando se trate de obras de reconstrução e/ou ampliação, **cópia da licença de construção ou documento que ateste a sua inexigibilidade**.

☐ 29. **Informação da junta de freguesia**

Nos termos do n.º 12 do artigo 15.º do Regulamento Municipal de Urbanismo e Edificação, a junta de freguesia deve pronunciar-se relativamente à conformidade da obra com as posturas e relativamente ao eventual prejuízo para o trânsito público, bem como à inviabilização ou não do futuro alargamento da via pública, respeitando a sua largura e os afastamentos, bem como relativamente a qualquer outro prejuízo ou inconveniente para o espaço público.

- ☐ 30. **Cópia em suporte digital** (os elementos instrutórios que devam ser apresentados em formato digital, devem assumir o formato "pdf" para peças escritas e o formato "dwg" para peças desenhadas).
- ☐ 31. **Declaração de conformidade do processo em formato digital** (MOD_467/*).
- ☐ 32. **Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho**.

33. De acordo com indicação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF), **os processos de operações urbanísticas em solo rural e a serem remetidos à referida entidade** para emissão de parecer, no âmbito do Regime Jurídico de Defesa da Floresta Contra Incêndios, deverão ser instruídos com os seguintes elementos:

☐ 33.1 **Memória descritiva da operação urbanística:**

Identificando o uso a que se destinam as edificações objeto da operação urbanística, ocupação efetiva da parcela de terreno e da área envolvente, perigosidade de incêndio florestal do local e o enquadramento da operação no Decreto-Lei n.º 124/2016, de 28 de junho, e alterações posteriores (Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, e Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro) - SDFCI e no PMDFCI, com a identificação de eventuais faixas de proteção integrantes da rede secundária ou primária, estabelecidas pelo PMDFCI, ou de faixas de gestão de combustíveis. Indicação das medidas a adotar para contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos (Decreto-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro), bem como, se se tratar de legalização de obras efetuadas antes da entrada em vigor do diploma na sua atual redação.

☐ 33.2 **Planta de localização** (escala 1:10000), com indicação precisa do local da operação urbanística.

☐ 33.3 **Planta de implantação:**

Em formato dwg ou shapefile que identifique a totalidade da parcela e o edifício objeto da operação urbanística (existentes, a construir ou a ampliar, com as cores convencionais), e respetivos afastamentos às extremas, medidos a partir da alvenaria exterior dos edifícios, bem como a indicação da ocupação efetiva da parcela e das parcelas confinantes. Deverão ainda, em caso aplicável, ser identificadas as faixas de proteção integrantes da rede secundária ou primária, estabelecidas pelo PMDFCI, e as faixas de gestão de combustíveis, considerando os afastamentos a observar de acordo com o definido no SDFCI e PMDFCI (disponível no site do Município).

Nas edificações enquadráveis no n.º 6 do art.º 16.º do SDFCI, nomeadamente a construção de novos edifícios ou o aumento da área de implantação de edifícios existentes, destinados exclusivamente ao turismo de habitação, ao turismo em espaço rural, à atividade agrícola, silvícola, pecuária, aquícola ou atividades industriais conexas e exclusivamente dedicadas ao aproveitamento e valorização dos produtos e subprodutos da respetiva exploração - para além dos elementos constantes nos pontos 33.1 a 33.3.

- ☐ 33.4 Pedido à Câmara Municipal, para que em função da análise apresentada, seja reduzida até 10 metros à estrema da propriedade da faixa de proteção prevista no SDFCI.
- ☐ 33.5 Medidas excecionais de proteção relativas à defesa e resistência do edifício à passagem de fogo.
- ☐ 33.6 Medidas excecionais de contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivos acessos.

Nas edificações existentes a legalizar no âmbito do Regime de Regularização de Atividades Económicas - conforme previsto no n.º 10 do art.º 16.º do SDFCI, para além dos elementos constantes nos pontos 33.1 a 33.3.

- ☐ 33.7 Medidas excecionais de contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivos acessos.
- ☐ 33.8 **Cópia em suporte digital** (formato dwg) em ficheiro autónomo com os elementos do ponto n.º 33 a enviar à CMDF e a planta de implantação em formato DWG ou shapefile.

- ☐ 34. **Relatório prévio para imóveis classificados ou em vias de classificação**, previsto no D.-L. n.º 140/2009, de 15 de Junho.
- ☐ 35. **Projetos de especialidades** (no caso de pretender proceder desde logo à sua apresentação em conformidade com o requerimento Aprovação dos Projetos de Especialidade).

☐ 36. Outros elementos que o requerente pretenda apresentar:

O Requerente,

Assinatura

Nota: Os documentos entregues devem respeitar o descrito no Anexo II da Portaria nº 113/2015, de 22 de abril.

Os documentos entregues serão sujeitos a apreciação dos serviços municipais competentes. No caso de existirem elementos em falta ou forem deficientes o requerente será notificado de acordo com o previsto no nº 3 do artigo 11º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com as sucessivas alterações, sem prejuízo de outros ulteriores procedimentos.

Informação sobre o tratamento de dados pessoais - Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD - Regulamento (UE) 2016/679)

De acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU) N.º 2016/679, de 27 de abril de 2016, o Município de Arcos de Valdevez, informa que a finalidade dos dados pessoais recolhidos é a referida no presente requerimento e que os dados serão armazenados pelo prazo legalmente definido.

Mais informa que pode exercer os seus direitos previstos no RGPD, nomeadamente:

- solicitar o acesso, retificação, apagamento, limitação do tratamento, portabilidade e oposição, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado bem como a ser informado em caso de violações de segurança;
- apresentar reclamação à CNPD se considerar que os seus direitos foram violados.

Estes direitos podem ser exercidos através do email: rgpd@cmav.pt. Para mais informações, deve consultar www.cmav.pt/rgpd.